

DE RELANCE – O BARÃO DE TROVISQUEIRA

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vila Nova de Famalicão, à imagem e semelhança de outras vilas minhotas, pode considerar-se, pelos finais do século XIX, como uma vila de “brasileiros”, enquanto espaço urbano onde sobressaía a opulência de algumas casas de novo e vistoso estilo, erguidas pela iniciativa de emigrantes em retorno do Brasil, e se fazia sentir o efeito de benemerências diversas (actos de caridade, apoios escolares e hospitalares) que só estes filantropos, com elevadas capacidades de riqueza realizada em numerário, podiam “espalhar” pelas suas terras de origem. Quer dizer, para além da economia rural que submergia o Noroeste de Portugal, os caminhos da economia individual, familiar e colectiva e as esperanças de mobilidade social giravam em torno da emigração para o Brasil.

Regressar às origens e dar visibilidade social a esse regresso era uma etapa incontornável no ciclo de vida de muitos emigrantes do Norte de Portugal que, tendo partido para o Brasil anonimamente, em idade juvenil, cada qual apenas como mais um elemento que ajudava a engrossar a corrente transatlântica, obtinham por lá sucesso económico, afirmando-se como exemplos do *self-made-man* que marcou as sociedades liberais do século XIX. A afirmação individualista, própria do tempo e do lugar, exprime-se sob diversas formas, consoante o indivíduo e a sua idiosincrasia. Para uns, o retorno à terra é um ponto final numa vida de trabalho, fase em que alguma riqueza se distribui por sentimentos diversificados, desde o reconhecimento das necessidades sociais à necessidade de afirmação pessoal. Para outros, que regressam ainda numa fase etária relativamente jovem, o retorno é o início de uma nova vida, uma plataforma para

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

recriar um novo percurso pessoal, a realizar com um outro estatuto social, o de novo-rico, dispondo de reconhecimento social, de capacidades pessoais acrescidas e de meios financeiros que permitem incursões na vida política e em iniciativas empresariais. O emigrante de sucesso era, então, uma evidência das capacidades individuais de realização, que emergiam desde que surgissem as condições sociais e económicas para a sua expressão, o que só parecia acontecer numa sociedade mais aberta e em processo de crescimento económico, como era o caso do Brasil no século XIX (em que muitos vislumbravam a grande potência do século XX, capaz de vir a rivalizar com os Estados Unidos).

O título nobiliárquico, outorgado pelo constitucionalismo monárquico decadente como fórmula para obter direitos de mercê para o Estado e benemerências locais (ou consideradas como tal), estas como requisito prévio para a concessão do título, constituiu um dispositivo frequentemente utilizado pelo poder vigente, servindo para fazer sobressair e legitimar o reconhecimento social dos emigrantes regressados, ao mesmo tempo que os chamava a integrar o sistema social e político dominante, fazendo do “brasileiro” um agente político activo, ora como influenciar local, ora mesmo para ocupar cargos políticos (administrador, autarca, deputado). A denominação titular (barão, visconde, conde) ia buscar-se a nomes de família ou, mais romanticamente, a locais de origem ou de morada, transportando consigo uma marca sentimental de apego à terra.

É neste contexto, genericamente delineado, que devemos integrar o caso de José Francisco da Cruz, nascido em 15 de Março de 1824, no lugar da Trovisqueira, freguesia de Gavião (concelho de Vila Nova de Famalicão), filho de lavradores (Custódio José Francisco e Joana Maria da Costa). Embarcado para o Brasil em 1834 (segundo as diversas biografias), portanto com dez anos de idade, ingressa no comércio

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

do Rio de Janeiro, regressando a Portugal em 1851, apenas com 27 anos e elevada fortuna. Ainda com negócios no Brasil, aonde retornará mais tarde para liquidação, José Francisco é, assim, um “brasileiro” em plena idade activa, dotado de elevado capital económico e humano, que vai desenvolver iniciativas empresariais e actividade política. Em 1864, receberá o título de Barão da Trovisqueira, culminando a sua trajectória de projecção social desenvolvida no retorno.

As biografias dos “brasileiros”, salvo raras excepções, são habitualmente traçadas em poucas linhas, porque só se tornaram biografáveis quando ganharam destaque social (atribuição de títulos, actos de benemerência, eleições ou nomeações políticas), ignorando-se toda a substância históricas das pequenas coisas do quotidiano em que se condensava a vida do trabalho e familiar, ou seja, as biografias tradicionais, em panegíricos de ocasião, só gravavam os factos considerados “relevantes”. Daqui resulta uma dificuldade acrescida para o historiador actual, que, quando busca elementos para redesenhar novos discursos biográficos, se confronta com a falta de elementos, vendo-se obrigado a cerzir informações dispersas, onde avultam quase só notícias ou documentos relativos àqueles factos, sobrando, assim, as perguntas sem respostas. A biografia do Barão da Trovisqueira não foge à regra, necessitando de ser circunscrita num processo de contextualização.

Em que circunstâncias emigrou um rapaz de dez anos para o Brasil? Ignora-se, mas, atendendo a que vários irmãos se lhe seguirão na partida e que era tradicional a emigração em rede, isto é, apoiada em recomendações de portugueses já instalados no Brasil, a partida de José Francisco não deverá ter fugido a este padrão. A sua rápida inserção comercial e o sucesso económico posterior apontam para uma situação de pequeno caixeiro que rapidamente se estabelece por conta própria, uma vez que aos 27 anos está pronto para regressar a Portugal, o que faz, deixando, no entanto, casa

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

comercial e investimentos em prédios urbanos de rendimento, que lhe asseguram embolsos regulares.

Como se desenvolve a sua actividade comercial? Numa economia de plantações como era o Brasil, sustentada numa sociedade escravocrata, o comércio por grosso, mediando a distribuição da produção agrícola (algodão, açúcar, feijão, aguardente) e produtos conexos entre os grandes produtores e o mercado, parece ter sido a actividade predominante, normalmente associada a prestação de serviços para resolução de assuntos administrativos e financeiros pelos quais se cobrava comissão (por exemplo, a persistente resolução de casos de heranças de emigrantes). A associação posterior a outros irmãos que posteriormente se lhe foram juntar, aos quais deu sociedade e que ficaram a gerir os interesses comerciais colectivos na sua retirada para Portugal, até 1864 (quando o Barão se retira da sociedade), corrobora este tipo de actividades, como se poderá verificar pela publicação das cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira, coligidas por João Paulo Trovisqueira, a editar proximamente pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Em termos biográficos, Vasco Carvalho, apresenta-o como “grande comerciante na rua da Quitanda com casa de fazendas por atacado, e não sabemos quanto mais”.

A que se deve o retorno relativamente cedo de José Francisco? A acumulação de um pecúlio significativo e a possibilidade de poder continuar em Portugal a actividade comercial com a casa que continuava a deter no Rio de Janeiro é uma possibilidade, muito comum na época, com emigrantes “brasileiros” retirados no Porto ou em Lisboa que asseguravam remessas regulares para as casas geridas por sócios ou caixeiros de confiança. Mas não esqueçamos que a conjuntura de 1850-1851 e anos seguintes correspondeu a um elevado número de retornos, em função de alterações políticas no Brasil, que incluíram movimentos de grande hostilidade aos negociantes portugueses.

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

Entretanto, os primeiros anos a seguir ao retorno são de relativo apagamento de Francisco José, na medida em que não surgem notícias de relevo. A sua actividade deverá ter decorrido de forma discreta, sendo o principal evento o seu casamento, em 2 de Junho de 1859, com Maria da Ascensão de Mora-Varona e Araújo, com ascendência espanhola do lado da mãe, mas filha de seu tio Joaquim Costa Araújo, logo prima de Francisco José. O padrão da aliança matrimonial aplica-se claramente a este casamento, com o “brasileiro”, então de 35 anos, a consorciar-se com uma jovem de 20 anos (nascida em 26 de Julho de 1838), parente próxima e filha de um reconhecido e influente liberal. Deste casamento vieram a surgir três filhos.

Por esta altura deveria estar a concluir-se a construção do seu palacete em Famalicão, em plena rua Formosa (afinal a estrada que fazia a ligação Porto-Braga). O palacete tornou-se num ex-libris da vila, na medida em que era a construção mais majestosa, amplamente arejada por múltiplas janelas e varandas, exteriormente decorada por azulejos belíssimos e de elevada qualidade, pontificando no interior múltiplas e polifórmicas soluções decorativas em estuque, aproveitando a veia artística dos estucadores afamados no Norte do País. O mobiliário, ao gosto burguês da época, contribuía para adensar a representação de um autêntico palácio, a destacar-se das casas humildes da vizinhança, embora a rua Formosa começasse a povoar-se de casas de tipo urbano, cobertas de azulejos e dotadas de amplas janelas e varandas, muitas delas também por iniciativa de outros emigrantes de retorno.

O palacete dava nas vistas e tornou-se local de aposentadoria para figuras reais, chefes políticos ou figuras da cultura. EM 1861 passa por ali o rei D. Pedro V com a sua comitiva, a 29 de Agosto, sendo faustosamente recebido pelo “brasileiro” José Francisco, que lhe ofereceu umas horas de repouso e um “lunch”. E o gesto não ficará sem reconhecimento, arrastando o ex-emigrante para a ribalta política e para a titulação.

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

Com efeito, em 10 de Janeiro de 1863, recebeu a comenda da Ordem Militar de Cristo, sendo invocados como actos filantrópicos para o efeito os socorros a súbditos portugueses no Brasil em situação de dificuldade, a promoção de subscrições em favor das famílias dos atingidos pela febre amarela, em Lisboa, e do Hospital do Carmo, no Porto. Para obter o respectivo diploma, o novo comendador José Francisco pagará 150\$000 de direitos de mercê e 15\$000 de imposto de viação (lembramos que, por essa altura, o salário de um trabalhador de ofício rondava os 300 réis/dia).

Pouco depois, já em novo reinado, o Barão da Trovisqueira e a sua esposa hospedam a comitiva real de D. Luís, em 25 de Novembro de 1863, quando este seguia para Braga: os soberanos e acompanhantes são recebidos com um banquete e ali pernoitam. Nova recepção se dá a 29 desse mês, no retorno dos reis a Lisboa, mas agora só para descanso e lunch.

A sociabilidade real tê-lo-á desvanecido, atendendo ao empenho e despesas que colocou nessas recepções, tal como desvaneceu os famalicenses. Em 9 de Dezembro de 1863, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida extraordinariamente aprovava um voto de agradecimento ao então comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira, apresentando o Presidente (Lino José de Sousa Ferreira) a respectiva proposta nos seguintes termos:

[...] Como todos sabiam, o senhor comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira tinha recebido a honra de hospedar a Suas Majestades no seu trânsito para a capital do Distrito e no seu regresso para a cidade do Porto. Que a hospedagem fora esplêndida e grandiosa, não se poupando tão prestimoso cavalheiro a avultadíssimas despesas, nem a sacrifícios para lograr esse resultado. Que para a brilhante recepção de Suas Majestades nesta vila concorrera, principalmente, a sumptuosidade com que o excelentíssimo

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

comendador decorara o seu palacete, e a grandeza com que acolhera os Augustos Viajantes, e a sua numerosa comitiva. Que os habitantes desta Vila, e em geral os povos do concelho, manifestaram veementes desejos de festejar condignamente a honrosa visita de Suas Majestades, e que por tanto todos se devem confessar gratos e reconhecidos aos generosos esforços de um cavalheiro, que tanto cooperara para a realização desses patrióticos desejos (extracto da acta de 9.12.1863)

Grato, em 16 de Janeiro de 1864, o rei D. Luís, invocando essa hospedagem, faz-lhe mercê do título de “Barão de Trovisqueira em sua vida”, cujo diploma importava em 600\$000 réis em direitos de mercê e 60\$000 réis de imposto de viação, mais os emolumentos respectivos.

Pouco depois, a 27 de Janeiro desse mesmo ano, o rei volta a conceder-lhe a mercê do “Foro de Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real”, com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia, título pelo qual pagou 100\$000 réis de direitos de mercê e 10\$000 de imposto de viação para a passagem da carta respectiva.

A titularidade ficava cara, não estava ao alcance de todos! Mas os “brasileiros” de torna-viagem viam neste acto uma certificação de estatuto social e, dispendo de riqueza, esqueciam a prodigalidade, que, com a multiplicação verificada na atribuição de títulos, acabava por ser uma fonte de receita significativa para o Estado. Só em direitos pagou o Barão de Trovisqueira 935\$000 réis, o equivalente ao custo de uma quinta agrícola no Minho do seu tempo.

A proximidade do Barão da Trovisqueira aos “grandes” da nação confere-lhe considerável prestígio local, tornando-se no chefe do Partido Progressista em Vila Nova de Famalicão, situação que o levou a ocupar cargos públicos diversos: primeiro como deputado em duas legislaturas, depois como administrador do concelho, presidente da

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

Câmara, juiz substituto). Na tradicional liturgia do poder de então, “deu impulsos a renovações nossas, defendeu amigos, fez colocações, saltava ao Porto, a Braga, a Lisboa, numa roda viva agitada”, segundo Vasco Carvalho.

A concessão de títulos continuou: em 8 de Janeiro de 1873 recebia a comenda da Ordem de Carlos III de Espanha, pelo rei Amadeu I.

A actividade filantrópica do Barão tem de relacionar-se com as recepções reais que prodigalizou aos soberanos portugueses que, de visita ao Minho, se albergaram no seu palácio, nomeadamente o rei D. Pedro V, em 1863, e depois o casal real D. Luís e D. Maria Pia. Na verdade, foi, invocando essas recepções, que fizeram cruzar Vila Nova de Famalicão com os itinerários reais, surgindo a Vila em páginas elogiosas da imprensa da época, que a Câmara Municipal de Vila Nova o considerou Benemérito da Vila, por proposta aprovada em reunião camarária de 24 de Julho de 1880, passando ainda a denominar um arruamento com a designação de Avenida Barão da Trovisqueira. Com prestígio e dinheiro, socialmente conceituado, o Barão foi mais longe em actividades económicas do que o tradicional jogo de investimentos em acções e títulos de dívida pública. Do ponto de vista empresarial, empenhou-se na promoção do “americano”, ou seja, no caminho de ferro em carril plano, para circulação no meio das povoações e nas ligações entre si, tendo como tracção o cavalo. A sua influência política foi determinante para a obtenção da concessão de instalação do primeiro americano na cidade do Porto, o primeiro para circulação urbana em Portugal, obtida por decreto de 15 de Agosto de 1870, em plena ditadura do Marechal Saldanha. Esta concessão que visava a linha da marginal do Douro, da Porta Nobre a Matosinhos, foi, porém trespassada para uma empresa com novos sócios, vindo a constituir-se depois como sociedade anónima, a Companhia Carril de Ferro do Porto à Foz e Matosinhos, ou seja, a “companhia de baixo”, por oposição à “companhia de cima”, a Companhia Carris

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

de Ferro do Porto, sua rival, que se implantou a seguir, acabando por se fusionarem mais tarde. Em todo o caso, o Braço de Trovisqueira está na base do sucesso portuense que foi o de inaugurar-se este tipo de transporte em 15 de Maio de 1872. E a sua acção estende-se ainda ao “americano” de Coimbra e ao caminho de ferro de Arganil.

Em Vila Nova de Famalicão, a sua influência surge ainda a nível fabril, devendo-se prestar um pouco de atenção à pequena fábrica de lã do Barão da Trovisqueira, em Riba d’Ave, porque ela representa o primeiro aproveitamento hidráulico conhecido para o concelho, assentando a estrutura motora do maquinismo numa turbina. Uma das observações mais conhecidas sobre esta fábrica foi a de José Augusto Vieira, que, pelos meados da década de 1880, passou por Vila Nova de Famalicão, nas deambulações que o conduziram à edição da célebre obra "Minho Pitoresco", hospedando-se para o efeito no palacete do Barão. Vieira anotou simplesmente o seguinte, fruto das suas deambulações locais:

"Depois do encanto da paisagem volve o espírito de homem às inquirições do que mais avulta a seus olhos, e neste intuito visita a fábrica de fição de lã, pertencente ao sr. Barão da Trovisqueira, única manifestação de trabalho que aí pode interessá-lo. Ocupa a fábrica um pessoal de doze operários, e fornece a lã fiada para as fábricas de sapatos de liga, do Porto, e para os particulares da localidade, que exercem a indústria doméstica da tecelagem"(O Minho Pitoresco, 2º volume, p.88)

Mas nem uma palavra sobre a turbina ali existente e que conferia curiosidade tecnológica ao estabelecimento! E a fábrica foi referenciada provavelmente por ser de quem era, um "brasileiro" nobilitado que o hospedou e lhe serviu de cicerone, fábrica que, atendendo à biografia do Barão da Trovisqueira, teria sido criada por 1883/85,

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

como afirma Vasco Carvalho¹, ou talvez antes, representando a fábrica de lanifícios sobre o Ave a sua demonstração local como empreendedor, o que deverá ter tido óbvias conexões com a sua actividade política.

Aurélio Fernando, um autor famalicense actual, é o autor mais documentado sobre a fábrica do Barão da Trovisqueira, tendo encontrado o registo da propriedade adquirida em 1873 pelo Barão, a Azenha da Igreja, a montante da Ponte de Riba d'Ave, uma casa térrea, coberta de telha, com duas rodas, com horta e mato devidamente murados. Mas, em 1881, segundo anotação complementar do registo notarial, já tinha casa torre e térrea, com uma fábrica de lanifícios, "cujas máquinas são movidas pelas águas do rio Ave, por meio de uma turbina, para o que se fizeram as respectivas obras no rio Ave, e o amplo edifício apropriado para a dita fábrica e seus pertences, cujo valor venal o sobredito Barão calcula em 16.000\$000 réis, aproximadamente"².

Segundo o inquérito de 1890 o aparelho de fiar com 200 fusos, movido por acção da turbina hidráulica, continuava a destacar-se, em termos tecnológicos, num concelho em que a fiação e tecelagem de algodão eram ainda de natureza manual.

A referida fábrica de lã, então apresentada como da Baronesa da Trovisqueira, surgia como uma unidade a que era atribuído o capital fixo de 800\$000 réis, dando trabalho a 1 mestre e 7 operários e duas mulheres, que asseguravam a fiação de 4000 kg de lã, durante o ano de 1889, cuja aquisição importou em 2 contos de réis para se vender o produto por 3000\$000, parecendo ser inexorável a sua decadência. Segundo Aurélio Fernando, esta fábrica seria depois vendida, transformada em tecelagem de algodão e transferida mais tarde para Oliveira - S. Mateus, tendo as ruínas do estabelecimento

¹ CARVALHO, Vasco - *Factos e Nomes*. Barcelos, 1960, p. 81.

² FERNANDO, Aurélio - *Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves*, II Volume. Riba d'Ave:1994, p. 22/23.

Alves, Jorge Fernandes – De relance - O Barão da Trovisqueira. *Catálogo da Exposição “Barão da Trovisqueira - Reencontro”*. Vila Nova de Famalicão: C. Municipal, Museu Bernardino Machado, 2001.

inicial e terrenos sido adquiridos, por 1913, por Narciso Ferreira, permitindo ampliar o espaço da grande fábrica de Riba d'Ave, situada um pouco acima, a Sampaio & Ferreira. Homem de negócios, o Barão da Trovisqueira verá chegar elevadas prejuízos em paralelo com o declinar dos anos, acabando em grandes dificuldades económicas.

Faleceu em 1 de Novembro de 1898, no seu palacete de Vila Nova de Famalicão. Palacete que agora recupera a sua dignidade inicial de espaço de referência em Vila Nova de Famalicão, ainda que em novos moldes, mas constituindo sempre uma evocação simbólica dos “brasileiros da emigração”.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes – *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*. V. N. de Famalicão: Museu Têxtil, 2001.

ALVES, Jorge Fernandes (coord.) – *Os “Brasileiros” da Emigração*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.

CARVALHO, Vasco - *Factos e Nomes*. Barcelos: 1960.

FERNANDO, Aurélio - *Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves*, II Volume. Riba d'Ave:1994.

SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes – *Os Transportes Públicos do Porto . uma perspectiva histórica*. Porto: STCP, 2001.

<http://paginas.teleweb.pt/~fmcmt>